

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS – TJM-MG

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2021



Tribunal de Justiça Militar
do Estado de Minas Gerais

Analista Judiciário – Especialidade Analista Judiciário

Manhã

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

CARGO/ESPECIALIDADE: ANALISTA JUDICIÁRIO – ESPECIALIDADE ANALISTA JUDICIÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para responder às questões de 01 a 15.

De certo modo, nós viemos à capital de nossa nação para trocar um cheque. Quando os arquitetos de nossa república escreveram as magníficas palavras da Constituição e a Declaração da Independência, eles estavam assinando uma nota promissória para a qual todo americano seria seu herdeiro. Esta nota era uma promessa de que todos os homens, sim, os homens negros, como também os homens brancos, teriam garantidos os direitos inalienáveis de vida, liberdade e a busca da felicidade. Hoje é óbvio que aquela América não apresentou esta nota promissória. Em vez de honrar esta obrigação sagrada, a América deu para o povo negro um cheque sem fundo, um cheque que voltou marcado com “fundos insuficientes”. Mas nós nos recusamos a acreditar que o banco da justiça é falível. Nós nos recusamos a acreditar que há capitais insuficientes de oportunidade nesta nação. Assim nós viemos trocar este cheque, um cheque que nos dará o direito de reclamar as riquezas de liberdade e a segurança da justiça.

Mas há algo que eu tenho que dizer ao meu povo que se dirige ao portal que conduz ao palácio da justiça. No processo de conquistar nosso legítimo direito, nós não devemos ser culpados de ações de injustiças. Não vamos satisfazer nossa sede de liberdade bebendo da xícara da amargura e do ódio. Nós sempre temos que conduzir nossa luta num alto nível de dignidade e disciplina. Nós não devemos permitir que nosso criativo protesto se degenerem em violência física. Novamente e novamente nós temos que subir às majestosas alturas da reunião da força física com a força de alma. Nossa nova e maravilhosa combatividade mostrou à comunidade negra que não devemos ter uma desconfiança para com todas as pessoas brancas, muitos de nossos irmãos brancos, como comprovamos pela presença deles aqui hoje, vieram entender que o destino deles é amarrado ao nosso destino. Eles vieram perceber que a liberdade deles é ligada indissolúvelmente à nossa liberdade. Nós não podemos caminhar sós. Nós nunca estaremos satisfeitos enquanto o Negro for vítima dos horrores indizíveis da brutalidade policial. Nós nunca estaremos satisfeitos enquanto nossos corpos, pesados com a fadiga da viagem, não puderem ter hospedagem nos motéis das estradas e nos hotéis das cidades. Nós não estaremos satisfeitos enquanto um Negro não puder votar no Mississippi e um Negro em Nova Iorque acreditar que ele não tem motivo para votar. Não, não, nós não estamos satisfeitos e nós não estaremos satisfeitos até que a justiça e a retidão rolem abaixo como águas de uma poderosa correnteza. Eu tenho um sonho de que um dia esta nação se levantará e viverá o verdadeiro significado de sua crença – nós celebraremos estas verdades e elas serão claras para todos, que os homens são criados iguais.

Eu tenho um sonho de que um dia, nas colinas vermelhas da Geórgia, os filhos dos descendentes de escravos e os filhos dos descendentes dos donos de escravos poderão se sentar junto à mesa da fraternidade.

Eu tenho um sonho de que um dia, até mesmo o estado de Mississippi, um estado que transpira com o calor da injustiça, que transpira com o calor de opressão, será transformado em um oásis de liberdade e justiça.

Eu tenho um sonho de que minhas quatro pequenas crianças vão um dia viver em uma nação onde elas não serão julgadas pela cor da pele, mas pelo conteúdo de seu caráter. Eu tenho um sonho hoje!

(Trecho do Discurso de Martin Luther King. 28/08/1963. Disponível em: <http://www.palmars.gov.br/sites/000/2/download/discursodemartinlutherking.pdf>. Adaptado.)

Questão 01

No primeiro período do texto é possível reconhecer que o uso da expressão “trocar um cheque” produz, no contexto em que foi utilizada, um efeito diferente do usual, tal significado é indicado também por meio da expressão:

- A) “nós viemos”
- B) “nossa nação”
- C) “De certo modo”
- D) “viemos à capital”

Questão 02

A ocorrência de crase em “nós viemos à capital” apresenta como justificativa:

- A) Composição de uma locução feminina.
- B) Fusão de preposição e artigo indefinido.
- C) Preposição exigida pelo termo regente seguida de artigo feminino.
- D) Formal verbal pertencente ao modo indicativo associada à palavra feminina.

Questão 03

Predominantemente, no discurso proferido no texto, é possível reconhecer o emprego da primeira pessoa do plural. Sobre tal escolha, pode-se afirmar que:

- A) Demonstra generalização do discurso.
- B) Realça as escolhas pessoais do enunciador.
- C) Reflete o tom intimista do público a que se dirige.
- D) Promove um distanciamento entre os interlocutores do discurso.

Questão 04

“Quando os arquitetos de nossa república escreveram as magníficas palavras da Constituição e a Declaração da Independência, eles estavam assinando uma nota promissória para a qual todo americano seria seu herdeiro.” (1963) A partir da identificação do referente do termo destacado infere-se que:

- A) A nota promissória é reconhecida como herança a partir dos documentos citados.
- B) Os documentos citados no trecho seriam um bem transmitido a todo cidadão americano sem exceção.
- C) Há uma relação de proporcionalidade estabelecida que seria mantida com a substituição de “para a qual” por “cujo”.
- D) A expressão “para a qual” poderia ser substituída por “para as quais” já que o referente é “Constituição e a Declaração da Independência”.

Questão 05

Em “*Nós não estaremos satisfeitos enquanto um Negro não puder votar no Mississipi e um Negro em Nova Iorque acreditar que ele não tem motivo para votar.*” (2º§). A expressão destacada formada pela forma verbal “puder” antecedida do vocábulo “não” indica a negativa de:

- A) Presente histórico.
- B) Fato não concluído.
- C) Possibilidade de um fato.
- D) Fato que seria consequência de outro.

Questão 06

Em “*Eu tenho um sonho [...]*” (2º§), apresenta-se alteração na escolha da pessoa do discurso em que o texto é apresentado em relação à escolha inicial. Sabendo-se que há várias formas de impessoalizar a linguagem textual, indique a alternativa em que isso ocorre, sem que haja prejuízo da adequação gramatical, em uma possível reescrita para o trecho destacado.

- A) Terei um sonho [...]
- B) Temos um sonho [...]
- C) Eu tenho o sonho [...]
- D) Um sonho tenho tido [...]

Questão 07

De acordo com o texto apresentado, é possível reconhecer que são empregados alguns recursos com o objetivo de envolver o interlocutor, tais como:

- A) Emoção e ineditismo.
- B) Emoção e objetividade.
- C) Ineditismo e encadeamento lógico.
- D) Objetividade e observação da realidade.

Questão 08

O uso de palavras de ligação diferentes entre os complementos verbais e verbos pode acarretar em mudanças de sentido. São formas verbais destacadas que possuem outras possibilidades de regência em contextos diferentes, EXCETO:

- A) “*Nós viemos à capital*”
- B) “*para trocar um cheque*”
- C) “*eles estavam assinando*”
- D) “*escreveram as magníficas*”

Questão 09

Do ponto de vista sintático do enunciado, indique a alternativa cuja classificação do termo destacado está correta.

- A) “*Nós nos recusamos a acreditar*” / aposto
- B) “*que há capitais insuficientes*” / predicativo do sujeito
- C) “*Hoje é óbvio que aquela América*” / adjunto adnominal
- D) “*Assim nós viemos trocar esse cheque,*” / sujeito da oração

Questão 10

“*Nossa nova e maravilhosa combatividade mostrou à comunidade negra que não devemos ter uma desconfiança para com todas as pessoas brancas, [...]*” (2º§) Pode-se afirmar que o trecho destacado classifica-se em relação ao período que constitui como uma oração:

- A) Principal.
- B) Coordenada aditiva.
- C) Subordinada objetiva direta.
- D) Subordinada substantiva subjetiva.

Questão 11

Estabelecendo relação com a questão anterior, indique nos trechos a seguir o termo assinalado que possui a mesma função sintática exercida pela oração destacada indicada anteriormente.

- A) “*Esta nota era uma promessa [...]*”
- B) “[...] a liberdade deles é ligada indissolavelmente a nossa liberdade.”
- C) “*Hoje é óbvio que aquela América não apresentou esta nota promissória.*”
- D) “*Não, não, nós não estamos satisfeitos e nós não estaremos satisfeitos [...]*”

Questão 12

Fonemas equivalentes podem apresentar letras diferentes na escrita como é o caso de “cheque” e “xícara” – vocábulos empregados no texto. O contrário também pode ocorrer, em que fonemas diferentes podem ser escritos com as mesmas letras. Considerando a informação anterior, assinale, a seguir, o grupo de palavras em que há correção ortográfica em todos os vocábulos.

- A) madeixa, gueixa, faixa
- B) enchada, achado, charco
- C) beringela, engenheiro, viagem
- D) presságio, expressão, quossiente

Questão 13

Considerando o contexto, pode-se afirmar que a expressão destacada em “*Mas há algo que eu tenho que dizer ao meu povo que se dirige ao portal que conduz ao palácio da justiça.*” (2º§) pode ser compreendida como:

- A) Finalidade.
- B) Relevância.
- C) Necessidade.
- D) Obrigatoriedade.

Questão 14

“*Não vamos satisfazer nossa sede de liberdade bebendo da xícara da amargura e do ódio.*” (2º§) Sobre o emprego da conjunção “e” no trecho destacado, é correto afirmar que:

- A) Conecta orações independentes sintaticamente.
- B) Integra e liga orações coordenadas assindéticas.
- C) Constitui coordenação entre ideias articuladas e excludentes.
- D) Conecta expressões que exercem função sintática semelhante.

Questão 15

Em discursos proferidos oralmente, alguns recursos para enfatizar as ideias como gestos e expressões faciais podem ser utilizados. No texto escrito, algumas marcas gráficas podem exercer este papel, tal como se observa no texto, por meio de:

- I. Repetição de vocábulos.
- II. Marcadores conversacionais.
- III. Manutenção do foco narrativo.
- IV. Uso do ponto de exclamação no final do texto.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e IV, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) III e IV, apenas.

Texto para responder às questões de 16 a 20.

Os estatutos do homem

(Ato Institucional Permanente)

A Carlos Heitor Cony

Artigo I

Fica decretado que agora vale a verdade
agora vale a vida,
e de mãos dadas,
marcharemos todos pela vida verdadeira.

Artigo II

Fica decretado que todos os dias da semana,
inclusive as terças-feiras mais cinzentas,
têm direito a converter-se em manhãs de domingo.

Artigo III

Fica decretado que, a partir deste instante,
haverá girassóis em todas as janelas,
que os girassóis terão direito
a abrir-se dentro da sombra;
e que as janelas devem permanecer, o dia inteiro,
abertas para o verde onde cresce a esperança.

Artigo IV

Fica decretado que o homem
não precisará nunca mais
duvidar do homem.

Que o homem confiará no homem
como a palmeira confia no vento,
como o vento confia no ar,
como o ar confia no campo azul do céu.

(MELLO, Thiago de. *Os Estatutos do Homem*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Fragmento.)

Questão 16

Tendo em vista o propósito de comunicação, pode-se afirmar que:

- A) A narrativa apresentada pelo eu lírico desperta em seu interlocutor reflexões de aspecto universal.
- B) O texto apresenta a função atribuída aos textos em que a linguagem utilizada possui termos técnicos específicos de determinada área profissional.
- C) Embora haja o comprometimento das características próprias do poema, a intenção do eu lírico, ao expor a mensagem, não pôde ser comprometida.
- D) O poeta utiliza como recurso que contribui para a construção de sentido o uso de características de dois gêneros textuais diferentes em um único texto.

Questão 17

“Fica decretado que todos os dias da semana, /inclusive as terças-feiras mais cinzentas, /têm direito a converter-se em manhãs de domingo.” Sobre a adequação de acordo com a norma padrão da língua em relação ao estabelecimento da concordância verbal pode-se afirmar que, no trecho destacado:

- A) Não há plena adequação por se tratar de um poema.
- B) O sinal de acentuação gráfica apresenta como justificativa a concordância.
- C) A locução verbal “Fica decretado” estabelece concordância com o sujeito “todos os dias”.
- D) A locução verbal “Fica decretado” poderia, opcionalmente, ser substituída por sua variante no plural.

Questão 18

Algumas circunstâncias são expressas por meio de adjuntos adverbiais. Considerando-se o sentido que expressam, pode-se observar tal ocorrência em:

- A) “a abrir-se dentro da sombra;”
- B) “como a palmeira confia no vento,”
- C) “marcharemos todos pela vida verdadeira.”
- D) “têm direito a converter-se em manhãs de domingo.”

Questão 19

Em relação ao emprego do verbo “haver” em “haverá girassóis em todas as janelas,” pode-se afirmar que:

- A) A concordância com o termo “girassóis” é facultativa.
- B) Representa marca de oralidade na expressão do eu lírico.
- C) Permanece no singular de acordo com o sentido produzido.
- D) Como exemplo de verbo impessoal, a concordância é obrigatória.

Questão 20

Algumas formas verbais do verbo “haver” são parônimas de formas verbais de outros verbos, como “houve” e “ouve”. A ortografia de algumas palavras pode gerar dúvida em razão do exposto anteriormente. Assinale, a seguir, o livre comentário relacionado à temática textual em que há plena correção linguística.

- A) O eminente poeta afirmou que a simplicidade da vida deve ser valorizada por cada um de nós.
- B) Para acender na vida, é preciso não só muito trabalho e dedicação, mas também companheirismo.
- C) Muitas vezes o homem passa pelo outro com tanto desprezo que o seu semelhante passa a ser alguém despercebido.
- D) A vivência humana requer o exercício da solidariedade para que aja o alcance dos objetivos estabelecidos para o coletivo.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Questão 21

Considere a tabela elaborada no Microsoft Excel 2019 (Idioma Português Brasil):

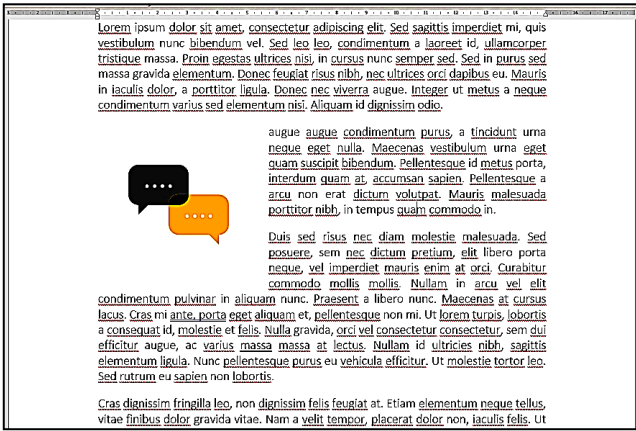
	A	B	C	D	E
1	Colaborador	Setor	Salário		
2	Ana	Contabilidade	3000,00		
3	Carlos	Atendimento	1500,00		
4	João	Contabilidade	2000,00		
5	Maria	Jurídico	4500,00		
6	Célia	Atendimento	2000,00		
7					
8					
9					
10					

Para obter a informação sobre o valor total dos salários dos colaboradores que trabalham no setor de Contabilidade, basta aplicar a fórmula:

- A) =SOMA(C2:C4)
- B) =PROCV("Contabilidade";B2:C6;2)
- C) =SOMASE(B2:B6;"Contabilidade";C2:C6)
- D) =SE(B2="Contabilidade";SOMA(C2:C6);0)

Questão 22

É comum em diversos textos a inserção de imagens ilustrativas para dar clareza ao conteúdo, apresentar fatos relevantes ou, simplesmente, proporcionar um destaque ao assunto. Observe um recorte de tela do *Microsoft Word 2019* (Idioma Português Brasil), em que uma imagem foi adicionada ao texto:



De acordo com as informações anteriores, qual a sequência de ações a ser realizada no Word 2019 irá proporcionar o posicionamento da imagem em relação ao texto?

- A) Clicar no menu inserir; clicar na opção imagem; e, em seguida, clicar na imagem desejada.
- B) Selecionar o texto e a imagem juntos; em seguida, aplicar o alinhamento de texto “justificado”.
- C) Selecionar a imagem clicando sobre ela; em seguida, clicar no menu “Layout”; bem como na opção “texto ao redor da imagem”.
- D) Clicar com o botão direito do mouse sobre a imagem; acessar a opção “quebra de texto automática”; e, em seguida, escolher a opção “quadrado”.

Questão 23

Um Analista Judiciário, em sua estação de trabalho, recebeu um comunicado do setor de TI, solicitando a desinstalação do software ABC de seu computador, que possui um Sistema Operacional Windows 10. Sabe-se que o software ABC foi instalado pelo setor de TI no diretório padrão de instalação de programas do Windows. O Analista Judiciário, então, visualizou a área de trabalho, selecionou o ícone de abertura do referido programa clicando sobre ele e, em seguida, pressionou o botão delete do seu teclado. Sobre o procedimento realizado, analise as afirmativas a seguir.

- I. O software não foi desinstalado, já que este não é o procedimento adequado de desinstalação de programas em ambientes Windows.
- II. O ícone deletado é, na verdade, um atalho para o software; que, após a realização da operação de delete, é movido para lixeira.
- III. No Windows, o atalho de desktop se trata apenas de um facilitador para a abertura de programas, que armazenam o caminho completo do endereço onde o software está instalado.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 24

O e-mail é uma forma de comunicação bastante utilizada em ambientes corporativos ou domésticos. Considerando o envio de e-mail para múltiplos usuários, analise os endereços da mensagem a seguir, bem como as afirmativas; marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

De: mario@dominio.com.br
 Para: luigie@dominio.com.br
 Cc: toad@dominio.com.br
 Cco: peach@dominio.com.br
 Assunto: world star

- () Imediatamente após o disparo da mensagem, ela ficará disponível na caixa de entrada do remetente.
- () A mensagem será enviada para os seguintes endereços: luigie@dominio.com.br e toad@dominio.com.br, apenas.
- () Quando um destinatário, em seu cliente de e-mail, clicar na opção “Responder a todos”, a mensagem de resposta será enviada e endereçada para luigie@dominio.com.br; toad@dominio.com.br; e, peach@dominio.com.br.

A sequência está correta em

- A) F, F, F.
- B) F, V, V.
- C) V, V, V.
- D) V, F, F.

Questão 25

Vários arquivos e pastas são manipulados no computador através de operações como abrir, copiar, recortar, colar, excluir, dentre outras. Assinale, a seguir, o resultado obtido ao executar o comando SHIFT+DELETE sobre algum arquivo.

- A) Torna o arquivo oculto, fazendo com que ele não fique visível para outros usuários.
- B) Duplica o arquivo dentro do seu diretório, acrescentando, ao final do nome, o número da cópia.
- C) Move o arquivo para a lixeira, permitindo, assim, sua recuperação por meio da opção restaurar.
- D) Exclui o arquivo permanentemente, sem a possibilidade de sua recuperação a partir da lixeira.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 26

O Sistema Tributário Nacional é tratado na Constituição da República Federativa do Brasil. Diante do exposto, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderão instituir contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.
- B) Os empréstimos compulsórios têm natureza de tributo, sendo de competência exclusiva da União instituí-los mediante Lei Complementar.
- C) União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderão instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.
- D) União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderão instituir taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.

Questão 27

Considerando os Arts. 4º e 5º da Constituição do Estado de Minas Gerais, que dispõem sobre os Direitos e Garantias Fundamentais, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Ao presidiário é assegurado o direito a acesso à notícia divulgada fora do ambiente carcerário.
- B) O Estado garante o exercício do direito de reunião e de outras liberdades constitucionais, bem como a defesa da ordem pública, da segurança pessoal e dos patrimônios público e privado.
- C) Ao Estado é vedado estabelecer culto religioso ou igreja, subvencioná-los, embarçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou com seus representantes relações de dependência ou de aliança, ressalvada, na forma da Lei, a colaboração de interesse público.
- D) Incide na penalidade de destituição de mandato administrativo ou de cargo ou função de direção, em órgão da administração direta ou entidade da administração indireta, o agente público que deixar injustificadamente de sanar, dentro de trinta dias da data do requerimento do interessado, omissão que inviabilize o exercício de direito constitucional.

Questão 28

Considerando os Arts. 52 ao 143 da Constituição do Estado de Minas Gerais, que dispõem sobre a Organização dos Poderes no Estado, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Justiça Militar é constituída, em primeiro grau, pelos Juizes de Direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo Tribunal de Justiça Militar.
- II. Compete à Justiça Militar processar e julgar os militares do Estado, nos crimes militares definidos em Lei, e as ações contra atos administrativos disciplinares militares, nela incluídos os crimes dolosos contra a vida quando a vítima for civil, cabendo ao Tribunal de Justiça Militar decidir sobre a perda do posto e da patente de oficial e da graduação de praça.
- III. Compete ao Conselho de Governo, órgão superior de consulta do Governador do Estado de Minas Gerais, pronunciar-se sobre questões relevantes suscitadas pelo Governo Estadual, incluídos os problemas emergentes de grave complexidade e implicações sociais e a estabilidade das instituições.
- IV. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas, ao qual compete, dentre outras competências, apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e sobre elas emitir parecer prévio, em trinta dias, contados de seu recebimento.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e III, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.

Questão 29

Empresas públicas e sociedades de economia mista fazem parte da administração indireta, havendo diferenças e similitudes entre tais institutos. Sobre as empresas públicas e as sociedades de economia mista, analise as afirmativas a seguir.

- I. A criação de empresas públicas e sociedades de economia mista dar-se-á por Lei específica.
- II. Empresa pública, dentre outras características, é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio, cujo capital social será integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal, ou pelos Municípios, admitida, a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno, bem como de entidades da administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, desde que a maioria do capital votante permaneça em propriedade destas entidades.
- III. Ambas, mediante autorização legislativa, podem criar subsidiárias e participar de empresas privadas.
- IV. Ambas podem adotar qualquer forma de organização societária do direito empresarial.

Nos termos do nosso ordenamento jurídico, está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e III, apenas.
- C) I e IV, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 30

O Art. 37, §6º da Constituição da República Federativa do Brasil, trata da Responsabilidade Civil do Estado e dos particulares prestadores de serviços públicos. Em relação à Responsabilidade Civil do Estado, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Força maior, culpa exclusiva da vítima e culpa exclusiva de terceiro são excludentes da responsabilidade do Estado.
- B) O Brasil adota, em regra, a Teoria do Risco Administrativo, que difere da teoria do risco integral eis que permite, no caso concreto, a verificação de excludentes de ilicitude.
- C) A responsabilidade Civil do Estado bem como dos particulares prestadores de serviço público é objetiva, devendo provar-se, apenas, ação ou omissão, dano e nexa causal, não se provando o elemento subjetivo dolo ou culpa.
- D) É permitido ao poder público o regresso contra o agente causador de responsabilidade civil, quando deverão ser provados os mesmos elementos necessários à apuração de responsabilidade do ente público, ou dos particulares prestadores de serviço público.

Questão 31

O processo administrativo é tratado na Lei nº 9.784/99 que regula o “processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal”. Diante do exposto, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O processo administrativo pode se iniciar de ofício ou a pedido de interessado.
- B) Os atos do processo administrativo, como regra, dependem de forma determinada em Lei.
- C) São legitimados como interessados no processo administrativo, dentre outras, pessoas físicas ou jurídicas que o iniciem como titulares de direitos ou interesses individuais, ou no exercício do direito de representação.
- D) É impedido de atuar em processo administrativo servidor ou autoridade que tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau.

Questão 32

“José e seu amigo Bruno trabalham como mecânicos em uma oficina de automóveis chamada Rapidez 2.0 LTDA. Certo dia, durante a reparação do automóvel do fiel cliente Gustavo, em um momento de descontração entre os amigos, José e Bruno acabaram esquecendo uma chave de fenda dentro do motor de Gustavo, que também não percebeu e, após pagar pelo serviço de reparo, saiu em viagem. Ocorre que, durante o percurso, em razão da ferramenta esquecida, o motor do carro de Gustavo fundiu e ele se viu desamparado na estrada, impossibilitado de chegar ao seu destino, tendo que acionar o guincho e comprar um novo motor.”

Diante da situação, são civilmente responsáveis pelos danos:

- A) José e Bruno, apenas.
- B) O empregador Rapidez 2.0 LTDA, apenas.
- C) José, Bruno e o empregador Rapidez 2.0 LTDA.
- D) Nenhum dos mecânicos, pois Gustavo também não se atentou para o descuido quando foi retirar o seu carro do reparo.

Questão 33

“Mariana é médica na ‘Clínica Família & Saúde’. Certo dia, Pedro, durante um jantar com sua namorada, observou repentinamente incidir sobre ela um grave quadro de alergia, gerando extremas dificuldades respiratórias, colocando-a em grave risco de vida. Ao tentar salvá-la, viu o consultório onde Mariana trabalhava aberto, logo em frente ao restaurante onde se encontravam. Às pressas, Pedro solicitou atendimento médico a Mariana, que, aproveitando-se da situação de urgência, se prontificou a atendê-los apenas mediante o pagamento de valor excessivamente exorbitante – muito acima do cobrado pela médica, ou pelo mercado em tais quadros. Pedro, em razão da situação desesperadora, anuiu com o pagamento desproporcional. No entanto, dias após a melhora de sua namorada, consultou um advogado e foi informado de que o negócio jurídico celebrado entre ele e a médica padecia de um defeito.” **Assinale-o.**

- A) Erro.
- B) Dolo.
- C) Coação.
- D) Estado de perigo.

Questão 34

“Anna e Marina celebraram entre si um contrato de prestação de serviços, no qual restou acordado que cumprida a obrigação de fazer pela primeira, caberia à segunda o pagamento de uma quantia líquida de R\$ 3.000,00 (três mil reais), no prazo de até dez dias úteis. O documento, além de ter sido devidamente assinado pelas contratantes, também o foi por duas testemunhas devidamente identificadas. Ocorre que, apesar de Anna ter cumprido adequadamente sua obrigação, Marina não procedeu ao pagamento da pecúnia no prazo estipulado. De posse da via original do instrumento particular, a citada prestadora de serviço procura a advogada Thatiana, buscando receber da devedora os valores que entende lhe serem devidos. Ato contínuo, a mencionada procuradora entendeu por bem ajuizar para sua cliente uma ação de cobrança pelo procedimento comum em face da devedora. Ao observar tal fato, de plano, o Juiz indeferiu a petição inicial; porquanto, entendeu que a parte autora não possuía interesse processual, uma vez inadequada a via eleita, argumentando que deveria ser ajuizada para a lide, em verdade, apenas a ação executória e não a de cobrança.”

Considerando o caso explicitado, bem como as disposições da Lei nº 13.105/2015 – Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- A) O documento apresentado por Anna à advogada Thatiana, em verdade, constitui título executivo judicial.
- B) Interposta apelação pela requerente Anna em face da decisão que indeferiu a inicial, poderá o Juiz retratar-se dela.
- C) A decisão tomada pelo Juiz foi juridicamente correta, visto que a existência de título executivo extrajudicial impede a opção pelo processo de conhecimento.
- D) Para que o instrumento particular constante do enunciado seja considerado título executivo extrajudicial, é imprescindível que seja assinado não apenas pela devedora Marina, mas também por número não menor que três testemunhas.

Questão 35

Considere as situações específicas a seguir.

- I. No curso da prescrição de uma dívida líquida e certa, reconheceu-se, judicialmente, a condição pródiga de Sílvia.
- II. Ivan era credor de Cibelle e, antes do termo final da prescrição, desenvolveram uma relação amorosa e se casaram.
- III. Edgar era chefe executivo de uma sociedade anônima; contudo, devedor do financiamento de um automóvel. No curso do prazo prescricional para cobrança dessa dívida, teve que se ausentar do Brasil a trabalho.

NÃO representam situações que contêm causas que impedem ou suspendem a prescrição

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 36

“Na data de 30 de julho de 2020, Vanívia foi citada mediante carta de citação enviada através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) para a participação, na condição de requerida, de audiência de conciliação em ação de conhecimento contra ela proposta. A parte contrária, por sua vez, explicitou em sua exordial o desinteresse no citado ato de solução consensual dos conflitos.”

Diante do exposto, analise as possíveis consequências de tal situação, pautando-se nas disposições da Lei nº 13.105/2015 – Código de Processo Civil.

- I. Vanívia poderá manifestar o desinteresse pela audiência de conciliação por petição simples, o que acarretará na não realização do citado ato processual de solução consensual de conflitos. Por via de consequência, caberá à requerida apresentar contestação, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do protocolo do pedido por ela apresentado de cancelamento da audiência.
- II. Vanívia poderá manifestar o interesse pela audiência de conciliação por petição simples, o que, ainda assim, acarretará na não realização do citado ato processual de solução consensual de conflitos, ante o desinteresse já manifestado pela parte contrária. Por via de consequência, caberá à requerida apresentar contestação, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do protocolo da petição por ela apresentada.
- III. Vanívia poderá manifestar o interesse pela audiência de conciliação por petição simples, o que acarretará na realização do citado ato processual de solução consensual de conflitos. Por via de consequência, em não havendo auto-composição, caberá à requerida apresentar contestação, no prazo de quinze dias úteis, contados da data da realização da audiência.
- IV. Vanívia poderá manifestar o desinteresse pela audiência de conciliação por petição simples, o que acarretará na não realização do citado ato processual de solução consensual de conflitos. Por via de consequência, caberá à requerida apresentar contestação, no prazo de quinze dias úteis, contados da data da juntada nos autos do aviso de recebimento comprobatório da citação.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) I, II e IV.
- D) II, III e IV.

Questão 37

“Na data de 2 de outubro de 2020 (sexta-feira), em sessão virtual de julgamento, o Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais proferiu decisão colegiada de natureza cível, da qual adveio resultado desfavorável à apelante, Sargento Larissa. Por se tratarem os autos de processo físico, o acórdão foi publicado em 6 de outubro de 2020 (terça-feira), através do Diário da Justiça Militar Eletrônico. Irresignada, a Sargento Larissa interpôs Recurso Especial no dia 23 de outubro de 2020 (sexta-feira), argumentando que o acórdão contrariou expressa disposição de Lei Federal. Junto à citada petição, não seguiu nenhum documento anexo.”

Considerando a explicitada situação hipotética, bem como as disposições da Lei nº 13.105/2015 – Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- A) O recurso interposto pela Sargento Larissa é intempestivo, uma vez interposto após o decurso do prazo legal.
- B) A recorrente deverá ser intimada, na pessoa de seu advogado, para que recolha em dobro o valor do preparo recursal.
- C) A competência para a análise dos pressupostos de admissibilidade do recurso especial pertence tão somente ao relator para o qual o feito for distribuído no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
- D) Na hipótese de ser negado seguimento ao recurso da Sargento Larissa, ao argumento de que o acórdão recorrido se encontra em conformidade com decisão proferida em recurso especial repetitivo, caber-se-á a interposição do agravo em recurso especial.

Questão 38

“Juliano Moreira, na qualidade de gestor público, determinou a retenção dos valores descontados da folha de pagamento dos servidores públicos que recebiam seus vencimentos já com os descontos dos valores de retenção a título de empréstimo consignado, mas, conforme a ordem de Juliano, os repasses às instituições financeiras credoras não eram realizados. Investigados os fatos quanto ao destino do dinheiro e se houve benefício percebido por Juliano, nada ficou provado.” Quanto à conduta adotada por Juliano, pode-se afirmar que:

- A) É atípica, uma vez que não se vislumbra proveito algum em benefício de Juliano.
- B) Constitui crime de prevaricação, por ter Juliano deixado de praticar ato de ofício.
- C) Representa peculato; Juliano se apropriou de valores recebidos, em decorrência de seu cargo.
- D) É lícita, já que não há prova do destino do dinheiro, nem qual seria o benefício obtido por Juliano.

Questão 39

“Conduta que expressa a defesa de interesse privado, realizada de forma direta ou indireta, perante a Administração Pública, fazendo uso do cargo de funcionário público.” Trata-se de:

- A) Concussão.
- B) Corrupção.
- C) Prevaricação.
- D) Advocacia administrativa.

Questão 40

Analise as afirmativas, marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

- () O crime de usurpação de função pública só pode ser praticado por quem não é funcionário público.
- () A existência da corrupção ativa independe da passiva, isto é, a bilateralidade não é requisito indispensável para sua constituição.
- () O delito de resistência se materializa com a simples oposição injustificada a qualquer ato de agente público.

A sequência está correta em

- A) F, V, F.
- B) V, F, V.
- C) F, V, V.
- D) V, F, F.

Questão 41

“FH foi condenado por associação ao tráfico internacional. Após sua condenação e de ter cumprido 1/6 da pena, seu advogado buscou a Vara de Execuções Penais e requereu a progressão do regime prisional, conforme legislação que vigia quando de sua apenação. O Juiz de 1º grau concedeu a progressão, mas houve recurso do Ministério Público, que foi acolhido pelo Tribunal. Pelo entendimento da Corte, a Lei que trata do regime legal dos crimes hediondos fora alterada. A nova normativa estabeleceu que para crimes hediondos a aplicação do regime de progressão só seria possível após o cumprimento de 2/5 da pena, para réus primários como FH.”

Neste caso, a decisão do Tribunal é:

- A) Errada, uma vez que fere o Princípio da Retroatividade da lei penal benéfica.
- B) Correta, já que os condenados por crimes hediondos não têm direito à progressão do regime prisional.
- C) Equivocada, não tendo sido observada a necessidade de realização de estudo social e psicológico antes da progressão.
- D) Exata, pois a mudança legislativa ocorrida só atinge os processos em curso, que não tenham sido sentenciados.

Questão 42

“Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.” O Princípio traduzido por esta afirmativa é o da:

- A) Ampla defesa.
- B) Paridade de armas.
- C) Plenitude da defesa.
- D) Presunção da inocência.

Questão 43

“Em determinada cidade do interior do país houve tentativa de roubo armado à Agência dos Correios, ocasião em que policiais militares estaduais interferiram e foram baleados.” Na situação descrita, a competência para julgar os criminosos é da:

- A) Justiça Militar, eis que os crimes foram praticados contra dois policiais militares.
- B) Justiça Estadual, já que o crime doloso contra a vida não atrai interesse federal.
- C) Justiça Comum Estadual, considerando que as vítimas são policiais militares em exercício da função.
- D) Justiça Federal, uma vez que a tentativa de homicídio em face dos policiais militares decorreu da tentativa de roubo contra a autarquia federal.

Questão 44

“A, militar da ativa, agindo com *animus necandi* (dolo de matar), efetuou disparos de arma de fogo contra seu desafeto B, esgotando a capacidade de carga da arma utilizada na empreitada. Logo após a execução dos disparos, A reconheceu a inconsequência de sua conduta e verificou que B, mesmo atingido, não havia morrido. Ato contínuo o próprio agente A encaminhou a vítima até o hospital, logrando evitar a produção do resultado de morte.”

Considerando a situação hipotética, é correto afirmar que:

- A) Não se punirá a tentativa do crime-fim em razão da ineficácia absoluta do meio utilizado por A.
- B) Não há que se falar em tentativa de homicídio. Em homenagem ao instituto do arrependimento eficaz, A responderá tão somente pelos atos praticados.

- C) A responderá por tentativa de homicídio; porquanto, deu início a atos de execução e não alcançou o resultado pretendido por circunstâncias alheias à sua vontade.
- D) A tentativa de homicídio estará afastada pelo reconhecimento da desistência voluntária. Mesmo tendo ingressado na fase executória do delito, A responderá apenas pelos atos praticados.

Questão 45

Sobre o concurso de agentes no Código Penal Militar, assinale a afirmativa correta.

- A) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio são sempre impuníveis se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.
- B) Na prática de crime de autoria coletiva necessária, reputar-se-á “cabeça” aquele concorrente que participar do delito mediante paga ou promessa de recompensa.
- C) Na hipótese do crime ser cometido por inferiores e um ou mais oficiais, são estes considerados “cabeças”, assim como os inferiores que exercem função de oficial.
- D) A punibilidade de qualquer dos concorrentes é independente da dos outros, não se comunicando entre eles quaisquer condições ou circunstâncias de caráter pessoal.

Questão 46

A retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso (*abolitio criminis*) é tida pelo Código Penal Militar como causa:

- A) Extintiva da punibilidade, tal qual a prescrição.
- B) Excludente da culpabilidade, tal qual a imputabilidade penal.
- C) Excludente da antijuridicidade, tal qual o estado de necessidade.
- D) Que afasta o próprio injusto penal, entendido este como a composição do fato típico e ilicitude.

Questão 47

Podemos afirmar que estará impedido de exercer jurisdição no processo penal militar o Juiz que:

- A) Tiver aconselhado qualquer das partes.
- B) For credor ou devedor, tutor ou curador, de qualquer das partes.
- C) For presidente, diretor ou administrador de sociedade interessada no processo.
- D) Tiver parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau inclusive, como parte ou diretamente interessado.

Questão 48

Analise as afirmativas e assinale a correta.

- A) Nos casos concretos, se houver divergência entre as normas da Lei Processual Penal Militar e as de convenção ou tratado de que o Brasil seja signatário, prevalecerão as últimas.
- B) A Lei de Processo Penal Militar deve ser interpretada no sentido literal de suas expressões, sendo inadmissível a interpretação extensiva ou restritiva de seus dispositivos.
- C) O Código de Processo Penal Militar rege o Processo Penal Militar apenas em tempo de paz, sendo que em tempo de guerra o processo deve ser regido por legislação específica ou tratados internacionais.
- D) Os casos omissos no Código de Processo Penal Militar serão supridos unicamente pela legislação de Processo Penal Comum, quando aplicável ao caso concreto e sem prejuízo da índole do Processo Penal Militar.

Questão 49

Considerando os recursos no Processo Penal Militar, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Caberá recurso em sentido estrito da decisão ou sentença que decretar a prescrição, ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade.
- B) Caberá apelação da sentença que absolver o réu por inimputabilidade em virtude de doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado.
- C) No caso de concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundada em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos demais.
- D) O Código de Processo Penal Militar contempla o princípio da fungibilidade recursal, que preconiza que, ressalvada a hipótese de má-fé, não será a parte prejudicada pela interposição de um recurso por outro.

Questão 50

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DHDU) é resultado da Segunda Guerra Mundial. As atrocidades e as violações perpetradas, durante o confronto, foram uma demonstração do quão vulnerável e descartável é a pessoa humana em regimes marcados pela discriminação, pela perseguição e pelo ódio (nazismo, fascismo, stalinismo), como se registrou com judeus, ciganos, dentre outros. Ao esteio do preâmbulo da Declaração Universal, é possível constatar as seguintes proposições norteadoras, EXCETO:

- A) O desrespeito aos direitos humanos como causa da barbárie.
- B) A dignidade humana inerente a todos os seres humanos, fundamentada na liberdade, na justiça e na paz.
- C) A relação direta entre a efetividade dos direitos humanos e a construção do progresso social e de melhores condições de vida.
- D) A garantia de cadeias limpas e bem arejadas, havendo diversas casas para a separação dos réus, conforme suas circunstâncias e natureza de seus crimes.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser **ELIMINADO** do processo.

PROVA DISCURSIVA (REDAÇÃO)

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva (Redação) é de caráter eliminatório e classificatório, constituída de uma redação que será avaliada na escala de 0 (zero) a 50 (cinquenta) pontos.
- A resposta à Prova Discursiva (Redação) deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas.
- A Prova Discursiva (Redação) terá extensão mínima de 20 (vinte) e máxima de 30 (trinta) linhas. Será penalizado o candidato que não obedecer aos limites do número de linhas definidos, de acordo com os seguintes critérios: a) desconto de 0,5 (zero vírgula cinco) ponto por linha aquém do mínimo estipulado; b) desconto de 0,5 (zero vírgula cinco) ponto por linha que exceda o máximo estipulado.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva (Redação) em casos de não haver texto; cujo conteúdo versar sobre tema diverso do estabelecido; que fuja da tipologia, tema ou proposta; considerada ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, com espaçamento excessivo entre as letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à Língua Portuguesa escrita, ou em idioma diverso do Português; que não for redigida com caneta de tinta azul ou preta; cujo texto seja, no todo ou em parte, cópia, transcrição ou plágio de outro autor; que apresentar qualquer escrita, sinal, marca ou símbolo que possibilite a identificação do pretendente.
- A Prova Discursiva (Redação) para todos os cargos/especialidade abrangerá os seguintes itens de avaliação:

Aspectos Avaliados	Total de Pontos	Critérios de Avaliação
Argumentação e Informatividade dentro do tema proposto – AI (originalidade, suficiência, correção, relevância e propriedade das informações)	15	De 0 a 4 – Ruim
		De 5 a 8 – Regular
		De 9 a 12 – Bom
		De 13 a 15 – Muito Bom
Coerência e Coesão – CC (organização adequada de parágrafos, continuidade e progressão de ideias, uso apropriado de articuladores)	15	De 0 a 4 – Ruim
		De 5 a 8 – Regular
		De 9 a 12 – Bom
		De 13 a 15 – Muito Bom
Morfossintaxe – M (emprego de pronomes, relação entre as palavras, concordância verbal e nominal, organização e estruturação dos períodos e orações, emprego dos tempos e modos verbais e colocação de pronome)	10	Desconto de 1 ponto por erro
Pontuação, acentuação e ortografia – PO	10	Desconto de 1 ponto por erro
Valor Total da Prova Discursiva (Redação)		50 pontos

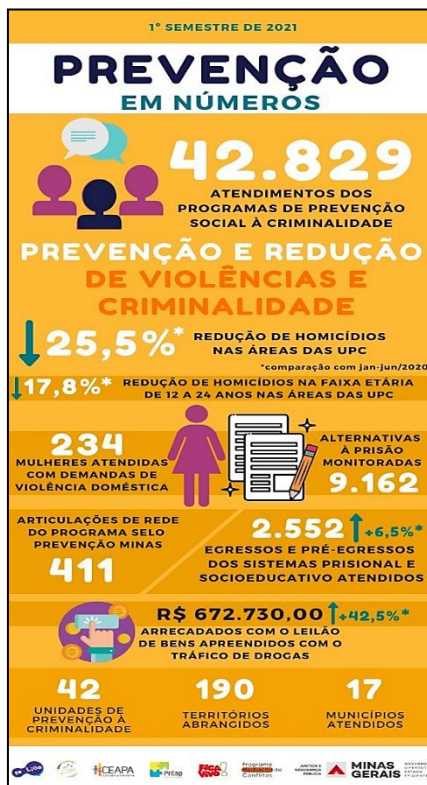
Texto I

Homicídios caem 25% em áreas atendidas pela ‘Política de Prevenção à Criminalidade’

A ‘Política de Prevenção Social à Criminalidade’ busca contribuir para a diminuição da violência no estado e para a promoção da segurança pública cidadã, especialmente em territórios mais suscetíveis à criminalidade e junto a grupos mais vulneráveis aos diversos tipos de violência.

Entre janeiro e junho deste ano foram realizados 42.829 atendimentos pelos seis programas integrantes da política: ‘Fica Vivo!’; ‘Programa Mediação de Conflitos (PMC)’; ‘Central de Acompanhamento de Alternativas Penais (Ceapa)’; ‘Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp)’; ‘Programa Se Liga’; e, ‘Selo Prevenção Minas’. Atualmente, 42 Unidades de Prevenção à Criminalidade (UPCs) atuam em 190 territórios de 17 municípios mineiros.

Por meio da articulação dos seis programas, a Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade (Supec) previne homicídios de adolescentes e jovens de áreas vulneráveis; atua na prevenção comunitária e no enfrentamento às violências, favorecendo a resolução pacífica de conflitos; acompanha pessoas em cumprimento de alternativas penais; promove a inclusão social de egressos do sistema prisional; acompanha egressos das medidas socioeducativas de semiliberdade e de internação; e, fomenta a execução de ações municipais com o viés da prevenção à criminalidade.



(Disponível em: <http://agenciaminas.mg.gov.br/noticia/homicidios-caem-25-em-areas-atendidas-pela-politica-de-prevencao-a-criminalidade>. Fragmento com adaptações.)

Texto II

O Brasil teve uma alta de 5% nos assassinatos em 2020 na comparação com 2019, após dois anos consecutivos de queda. É o que mostra o índice nacional de homicídios criado pelo G1, com base nos dados oficiais dos 26 estados e do Distrito Federal.

O aumento de mortes aconteceu mesmo durante a pandemia do novo Coronavírus e foi puxado, principalmente, pelo Nordeste, que teve um aumento expressivo nos assassinatos: 20%. É importante ressaltar que a região também foi a grande responsável pela queda de mortes nos últimos dois anos.

A região Sul também teve uma leve alta. Já nas outras regiões (Norte, Centro-Oeste e Sudeste), o número de crimes violentos foi menor na comparação com o ano anterior. A região Norte teve a queda mais acentuada: -11%. Ao todo, mais da metade dos estados registrou uma alta. Houve aumento dos assassinatos em 14 unidades da federação.

(Por G1 12/02/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/02/12/brasil-tem-aumento-de-5percent-nos-assassinatos-em-2020-ano-marcado-pela-pandemia-do-novo-coronavirus-alta-e-puxada-pela-regiao-nordeste.ghtml>.)

Texto III



(Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/01/4898874-campanha-de-combate-a-violencia-domestica-e-regulamentada-no-df.html>.)

Considerando os textos motivadores apresentados, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

“O poder da prevenção no combate à violência e à criminalidade”.

PROVA DISCURSIVA (REDAÇÃO)

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	





INSTRUÇÕES

É necessário uso de máscara durante toda a prova. O álcool em gel se encontra disponível para o uso dos candidatos.

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço, abafadores auriculares, tampões e/ou similares, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógios de quaisquer tipos, pulseiras magnéticas, agenda eletrônica, calculadora, *notebook*, *smartphone* ou similar, máquinas fotográficas, controle de alarme de carro, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo, ou outro equipamento eletrônico. Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, bem como o uso de notas, livros; anotações, régua de cálculo, códigos, manuais, impressos, manuscritos, códigos e/ou legislação ou demais materiais literários ou visuais de consulta.
3. Para garantir a segurança do Concurso Público, o candidato poderá ser submetido ao detector de metais durante a realização das provas. Os candidatos com cabelos longos devem comparecer com os cabelos presos, deixando as orelhas à mostra.
4. **O Caderno de Provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para os cargos/especialidades de nível médio e superior.**
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo/especialidade a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Textos Definitivos (Prova de Redação) estão corretos. Caso as informações estejam incorretas, ou o material esteja incompleto ou, ainda, inclua qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. O candidato deve, ainda, verificar se o TIPO/COR do seu Caderno de Provas coincide com o registrado no rodapé de cada página, assim como com o TIPO/COR registrado no Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Textos Definitivos (Prova de Redação). Caso contrário, é necessário notificar imediatamente ao Fiscal de Aplicação, para que sejam tomadas as devidas providências.
7. As provas terão duração de 4 (quatro) horas para os cargos/especialidades de nível médio e de nível superior. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Textos Definitivos (Prova de Redação).
8. **As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Caderno de Provas, Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova de Redação) devidamente preenchidos, bem como assinados em local específico.**
9. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
10. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no Cartão de Confirmação da Inscrição (CCI) ou em qualquer outro meio.
11. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente após decorridas 2 (duas) horas do início de realização das provas. O candidato que, por qualquer motivo, se recusar a permanecer em sala durante o período mínimo terá o fato consignado em ata, pelo Instituto Consulplan, e poderá ser eliminado do Concurso Público, após parecer da Comissão de Coordenação e Supervisão do Concurso.
12. Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão deixar a sala de realização das provas, juntos, após assinarem o Termo específico da ata de aplicação.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas de múltipla escolha de cada cargo/especialidade serão publicados no Diário da Justiça Militar eletrônico – DJMe e disponibilizados juntamente com as questões, nos endereços eletrônicos www.tjmmg.jus.br e www.institutoconsulplan.org.br, 2 (dois) dias úteis após a realização das provas.

- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação, em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.

- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, pelo candidato, ao fornecer os dados referentes à sua inscrição, apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.